

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA
SOUZA
ETEC “Prof.^a ANNA DE OLIVEIRA FERRAZ”
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO**

**SABRINA BENEDITO GOMES
VALQUÍRIA AMARO DA SILVA
VANESSA AMARO DA SILVA**

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MERCADO NACIONAL

ARARAQUARA - SP

DEZEMBRO/ 2012

**SABRINA BENEDITO GOMES
VALQUÍRIA AMARO DA SILVA
VANESSA AMARO DA SILVA**

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MERCADO NACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Etec “Profª Anna de Oliveira Ferraz”, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, como requisito para a obtenção do diploma de Técnico de Nível Médio em Administração sob a orientação dos Professores Ariovaldo Thomazini Junior e Vicente Aparecido Scarambone.

**ARARAQUARA - SP
DEZEMBRO / 2012**

**SABRINA BENEDITO GOMES
VALQUIRIA AMARO DA SILVA
VANESSA AMARO DA SILVA**

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MERCADO NACIONAL

Aprovada em : _____ / _____ / _____

Conceito: _____

Banca de Validação:

- Presidente da Banca
Professor Ariovaldo Thomazini Junior
ETEC “Profª Anna de Oliveira Ferraz”
Orientador

Professor Vicente Aparecido Scarambone
ETEC “Profª Anna de Oliveira Ferraz”
Orientador

Professor Erivaldo Tobias
ETEC “Profª Anna de Oliveira Ferraz”
Avaliador

ARARAQUARA – SP
2012

Dedicamos este trabalho aos nossos pais, que sempre nos guiaram no caminho do amor e da justiça, dando apoio e suporte a cada passo que foi tomado durante nosso curso.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus primeiramente e cada integrante do grupo que se dedicaram a esse trabalho, que apesar das dificuldades não desistimos, em especial as nossas famílias que nos deram forças para chegarmos até aqui e a todos os nossos professores e coordenadores.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade apresentar o papel das micro e pequenas empresas no Brasil porque elas são fundamentais na geração de renda e crescimento econômico para o país, elas representam 99% da malha empresarial nacional possuem um fluxo de caixa controlado e ter também muita criatividade e inovação é um ponto em destaque para o negócio da certa. Este trabalho abordará o cenário econômico brasileiro, geração de rendas, como conseguir o acesso ao crédito, como abrir um negócio e permanece no mercado, visto que há um número muito grande de mortalidade.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Planejamento. Micro e Pequena Empresa.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desembolso Para MPes e Pessoa Física Em R\$ Bilhões.....	33
Gráfico 2 - Desembolso para MPes e Pessoa Física- Número de Operações em Milhares.....	34
Gráfico 3 - Microcrédito Valor Emprestados desde sua Criação em Setembro de 2011 - Números em R\$ Milhões.....	37
Gráfico 4 - Municípios Contemplados com o BPP.....	39
Gráfico 5 - Região Central do Estado de São Paulo.....	40
Gráfico 6 - Região de Ribeirão Preto.....	40
Gráfico 7 - Região da Baixada Santista.....	41
Gráfico 8 - Região da Grande São Paulo.....	41
Gráfico 9 - Análise entre o Total da População do Estado e Total Abrangido pelo BPP.....	42
Gráfico 10 – Taxa de Sobrevivência.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDE - Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento
ABDE – Associação Brasileira de Direito e Economia
BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
Banese - Banco do Estado de Sergipe
Banestes – Banco do Estado do Espírito Santo
Banpara - Banco do Estado do Pará
Banrisul- Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BB - Banco do Brasil
BCB - Banco Central do Brasil
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
BND - Banco do Nordeste do Brasil
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BPP - Banco do Povo Paulista
BRB - Banco de Brasília
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CADIN- Cadastro Informativo Dos Créditos Não Quitados de Órgãos E Entidades Estaduais
CCM- Comitê de Crédito Municipal
CEAT – Centro Atendimento ao Trabalhador
CEF - Caixa Econômica Federal
CGC – Inscrição Cadastro Geral Contribuinte
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CODES - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CPF - Cadastro de pessoas Físicas
CTPS – Carteira De Trabalho E Previdência Social
DNRC - Departamento Nacional de Registro Comercial
DNRC – Departamento Nacional Registro Comercial

EMCs - Entidades de Microcrédito

EPP - Empresa de Pequeno Porte

ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing

GEC- Grupo Executivo de Crédito

GEM - Global Entrepreneurship Monitor

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IC-PMN - Índice de Confiança de Pequenos e Médios Negócios

IMPOS- Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IOF - Imposto Sobre Operações Financeiras

IPI - Imposto sobre Produto Industrializado

ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Serviço

ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

ME - Microempresa

MEI - Micro Pequenas Empresas

MPMEs - Micro Pequenas e Médias Empresas

MTE - Ministério Do Trabalho E Emprego

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PADEF – Programa De Apoio Aos Portadores De Deficiências Físicas

PEQ – Programa Estadual De Qualificação E Requalificação Profissional

PIB – Produto Interno Bruto

PIS - Programa de Integração Social

RG - Registro Geral

SCMEPPs - Sociedade de Crédito ao Micro Empreendedor e a Empresa de Pequeno Porte

SCMS - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor

SCPC - Serviço Central de Proteção ao Crédito

SCR - Sistema de Informações de Crédito

SEBRAE – Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES - Secretaria Nacional da Economia Solidária

SERASA- Centralização dos Serviços Bancários S/A

SERT- Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGAE - Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego do Ministério do Trabalho

Sutaco – Superintendência Do Trabalho Artesanal Nas Comunidades

UCM- Unidade de Crédito Municipal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	13
1.2 OBJETIVOS	14
2. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CONTEXTO ECONOMICO BRASILEIRO	15
3. BRASIL EMPREENDEDOR	16
3.1 Geração de Emprego e Renda	16
4. MICROFINANÇAS E O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO	18
4.1 A Inclusão Financeira No Brasil	19
4.2 Créditos Consignados	19
5. CONTA CORRENTE E CONTA-POUPANÇA SIMPLIFICADA	22
5.1 Conta-Salário	22
6. AS MPEs E A DIFICULDADE DE ACESSO AO CRÉDITO	24
6.1 O que é Microcrédito	25
6.2 As Principais Características do Microcrédito	26
6.3 Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte	27
7. A RESPONSABILIDADE DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO COM CRÉDITO INCLUSIVO	29
8. A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO.....	31
8.1 Instituições de atuação Nacional Banco do Brasil S.A	31
8.2 BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo	32
8.3 BDMG - Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais	32
8.4 BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.	32
9. PROGRAMA DE MICROCRÉDITO	36
9.1 Caixa Econômica Federal	37
9.2 Banco do Povo Paulista	38
10. FINANÇAS SOLIDÁRIAS E MOEDA SOCIAL	43
10.1 As Finanças Sociais Solidárias	44
11. MPE OPTANTES PELO SIMPLES	46
12. VALORES EXPORTADOS PELA MPE (VALORES EM US\$).....	47

13. EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA.....	48
14. INSTRUÇÕES PARA MONTAR SUA MICRO OU PEQUENA EMPRESA	49
14.1 Definição da Forma Jurídica.	49
15. REGISTRO DA EMPRESA	51
16. O NOVO ESTATUTO DAS PEQUENAS E MICROEMPRESAS PROJETO DE LEI 31/96.....	52
17. CINCO ÁREAS PROMISSORAS PARA ABRIR UM NEGÓCIO EM 2012 E 2013	55
18. SOBREVIVÊNCIA E MORTALIDADE	57
19. MORTALIDADE DAS EMPRESAS	58
20. CEAT - QUEM SOMOS.....	60
20.1 Programas do CEAT.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	65

1. INTRODUÇÃO

Muitos brasileiros estão em busca de ter seu próprio negócio, mas para ser um bom empreendedor necessita ter várias características para seu negócio ter sucesso como: espírito de empreendedor, antecipar tendências, trabalha com vigor e paixão, senso de liderança e negociação, que saiba dividir tarefas e ideias. Além disso, é importante que haja um bom planejamento, bom investimento próprio ou de terceiros, ou seja, capital de giro.

Hoje, os brasileiros estão empreendendo e formalizando seu negócio 2.4 milhões de empreendedores individuais formalizados, apenas atrás da China e dos Estados Unidos, o Brasil possui 27 milhões de pessoas envolvidas em um negócio próprio ou na criação de um.

Com base final temos que mostra o destaque que as MPEs vêm ganhando no cenário econômico do Brasil, porque ainda que o negócio comece pequeno pode tornar – se um setor significativo no contexto econômico.

1.1 JUSTIFICATIVA

Escolhemos falar sobre esse tema porque percebemos que a existência das micro e pequenas empresas são essenciais para a economia. O Brasil esta cada vez mais se destacando e as MPEs (Micro Pequena Empresas) são um dos principais fatores para a dedução das desigualdades sociais. Em conjunto com os MPEs, foi aprimorada a Lei Geral para legalizar quem opta a ser Micro Empreendedor Individual, com direitos a formalização, direitos trabalhistas e previdenciários.

E por isso vamos falar sobre o MEI (Micro Empreendedor Individual) mostrando o trabalho elaborado junto com as MPEs, e como foi importante a implementação dessa Lei. Uma parte do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) arrecadado no Brasil vem dos Micros Empreendedores Individuais, a formalização deles é fundamental para crescer e atingir um patamar de Pequena Empresa.

A questão do micro empreendedor vem ganhando destaque e espaço no mercado brasileiro, graças à persistência do pequeno empreendedor que cada vez mais vem buscando alternativas para a criação de novos postos de trabalho, e trabalhar na legalidade com todos os seus direitos, também facilitando para que os empreendedores na hora de fazer uma determinada venda possam emitir nota fiscal e para expandir seus negócios, buscam o financiamento bancário.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo desse trabalho é mostrar a importância das micro e pequenas empresas para o Brasil. Pois são importantes para a economia brasileira, ela se enquadra no Simples Nacional a Lei foi criada para a MPE, elas são os pilares de sustentação da economia brasileira, gerando um grande fluxo de emprego.

Esse tipo de empreendimento compõe a maior parte do nosso território brasileiro, mas elas vão mais além, não se contentam em ficarem apenas aqui no Brasil, muitas das micro-empresas instaladas no Brasil já tem suas mercadorias exportadas para fora. Foram as micro e pequenas empresas que sustentaram o Brasil em meio uma crise econômica, contribuindo também com o combate ao desemprego, elas criam opções e oportunidades para pessoas se inserirem no mercado de trabalho.

Alguns programas do Governo vêm buscando formas para alavancar ainda mais o crescimento das micro e pequenas empresas, um grande destaque é o Programa Brasil Empreendedor criado em 1999 com o propósito de aumentar a geração de renda, manutenção e criação de postos de trabalho. O governo acredita que antes de ter acesso ao crédito, tem que se qualificar e capacitar o pequeno Empreendedor. Não basta apenas abrir um pequeno negócio se não for bem treinado para se atender o público.

2. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CONTEXTO ECONOMICO BRASILEIRO

As micro e pequenas empresas representam os pilares da economia brasileira, tanto pela sua capacidade de gerar empregos e renda quanto pelo grande número de estabelecimentos espalhados pelo país. Elas representam em torno de 20% do PIB (Produto Interno Bruto), e é responsável por 52,30% na geração de emprego formal.

No mercado externo a participação das MPEs ainda não é muito significativa, pois estão voltadas para o consumidor brasileiro. No entanto, segundo o presidente do SEBRAE - Nacional (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Luis Barreto, ainda há muito espaço para esse segmento na pauta do comercio exterior.

Segundo o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) o crescimento dos pequenos empreendimentos é resultado de alguns fatores, como:

- Processo da globalização, já que este fenômeno exige que grandes empresas, ao buscarem uma maior eficiência terceirizem as atividades de apoio as atividades ao negócio principal;
- Absorção de mão de obra demitida das grandes empresas em decorrência dos avanços tecnológicos;
- Constatação de gradual redução na taxa de mortalidade de micro e pequenos estabelecimentos e uma expressiva taxa e natalidade de micro negócios;
- Estruturas flexíveis que permitem responder melhor e mais rapidamente as crises econômicas;
- Exigências da modernidade, que requer empresa mais simples, menores e com maior índice de produção;
- Segundo a pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor) realizada no ano de 2010 mostra que o Brasil ocupa a primeira posição no G20 e no BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), como país empreendedor.

3. BRASIL EMPREENDEDOR

Segundo Drucker (1992), empreendedores inovam; empreender é a ação que contempla os recursos com a nova capacidade de criar riqueza. Num momento em que o país busca contornos para a crise econômica e driblar o desemprego optou por estímulo ao empreendedorismo e as pequenas empresas como alternativa que está se mostrando eficaz.

A estrutura dos pequenos negócios cria oportunidades para aqueles que têm dificuldade de se inserir no mercado de trabalho em busca do primeiro emprego, ou que estejam com idade acima de quarenta anos. O Programa Brasil Empreendedor, de 1999, surgiu com a finalidade de geração de postos de trabalho e renda.

3.1 Geração de Emprego e Renda

No Brasil, durante a crise econômica global de 2008-2009, as MPEs tiveram um papel muito importante para o mercado em tempos difíceis.

Às micro e pequenas empresas têm um papel fundamental e decisivo, na economia brasileira. Um passo importante foi dado como criação do Simples, um sistema de recolhimento de tributos federais, instruído pela Lei 9.317 de 1996. Mas ficaria facultado aos Estados e Municípios, o que resultou em 27 tratamentos tributários diferentes em todo o Brasil. Para reverter essa situação surgiu a Lei Complementar 123 em 14 de dezembro de 2006 criando o Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empresas de Pequeno Porte, no âmbito dos poderes da União, Estados e Municípios. Posteriormente alterada pela Lei Complementar 127 em 14 de agosto de 2007 com o objetivo de aperfeiçoar o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional.

Nos últimos anos, vemos um crescimento do setor de comércio e serviços alavancando também pelas MPEs, que contam com o apoio financeiro de grandes instituições públicas como o BNDES, Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que disponibilizam recursos e linhas de financiamento para pequenos negócios. Podemos destacar também o papel do Banco do Povo Paulista (BPP), que trabalha com microcréditos produtivos, para empresas que possuem faturamento bruto anual de até 360 mil reais, com o objetivo de gerar emprego e renda. No entanto, nos grandes Bancos Privados, as MPEs ainda enfrentam dificuldades de acesso ao crédito devido às garantias exigidas pelos agentes financeiros.

Os resultados puderam ser observados durante a crise de 2008 e 2009, enquanto a maioria dos países sofria com o aumento do desemprego, aqui houve um aumento significativo do número de novos postos de trabalho, 67 de cada 100 novas vagas de trabalho vieram das micro e pequenas empresas, o que demonstra o papel decisivo na sustentação da economia nacional.

4. MICROFINANÇAS E O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

O desenvolvimento socioeconômico sustentável e a existência de um sistema financeiro sólido são premissas fundamentais para a crescente inclusão financeira, em especial nos países em desenvolvimento com o Brasil, em que grande parte da população é de baixa renda e está fora do mercado formal de trabalho. Ao mesmo tempo, a inclusão financeira alimenta o desenvolvimento e o sistema financeiro, o que caracteriza o processo de bancarização como uma via de duas mãos.

Os sinais são de que, nos últimos anos, o Brasil assistiu a uma inclusão financeira, o que resultou em maior cidadania, se considerados os indicadores disponíveis para tal cálculo. Essa ressalva é necessária, pois a falta de um conceito universal sobre bancarização e de informações suficientes para a adoção de determinadas metodologias prejudica um desenho preciso desse quadro. O maior acesso que os consumidores tiveram a serviços e produtos financeiros significa, na prática, maior possibilidade de manutenção e expansão de patrimônio. Também houve expansão do percentual de crédito sobre o PIB, que saltou de 26,4% em 2000 para 41,3% em 2008.

O papel dos bancos nesse processo de bancarização da população tem sido o de discutir formas de torná-la mais pronunciada e eficaz. Essa discussão ocorre não apenas dentro do setor, mas também com órgãos reguladores e com outras instituições representativas de diferentes segmentos da sociedade – inclusive as de defesa do consumidor. Nesse sentido, cabe ao setor adotar as normas e produtos conforme determinação dos órgãos reguladores.

Os bancos têm iniciativas que colaboram para a inclusão financeira, boa parte dela está ligada ao aumento do número de postos de atendimento, como agências, correspondentes não bancários e caixas eletrônicos. Há serviços que facilitam a inclusão financeira, sendo o M-Payment, ou Pagamento Móvel, feito por meio de telefone celular, um dos exemplos mais recentes. Para esse tipo de pagamento ser feito de forma duradoura e segura, como acontece com os demais produtos e serviços financeiros, necessita-se de regulação de cuidados, para trazer benefícios à população em curto e longo prazo.

É preciso, ainda, ressaltar um fator característico do sistema financeiro do país e que contribui para facilitar o uso dos serviços pelos consumidores: a tecnologia. Em 2008, o setor bancário aportou R\$16,2 bilhões nessa área, sendo R\$6,5 bilhões em investimentos, são criados serviços mais ágeis e inclusivos. Assim como o M-Payment, é provável que outros serviços venham a ser implantados por iniciativas dos bancos e com alto valor tecnológico agregado.

4.1 A Inclusão Financeira No Brasil

De acordo com Soares e Melo Sobrinho (2008), a demanda por microfinanças no Brasil pode ser estimada em 70 milhões de pessoas, que são aquelas sem renda ou com renda de até três salários mínimos, que potencialmente têm interesse em obter crédito. Dessas pessoas, metade teria interesse em receber microcrédito. Rojas-Suarez (2008) estima que 43% da população adulta brasileira que tenha acesso aos serviços bancários.

Calcular a inclusão financeira não é uma tarefa de resultados precisos, há dois motivos básicos para isso. Em primeiro lugar, falta um conceito universal sobre o que é bancarização, seu cálculo pode ser feito utilizando-se diferentes metodologias, por isso pode-se chegar a diferentes resultados. Em segundo lugar, à falta de um conceito universal, no Brasil, soma-se a falta de alguns indicadores que poderiam facilitar ou expandir a capacidade de compreensão da inclusão financeira. Sabe-se, por exemplo, quanta conta corrente existe no país, mas é desconhecido o número de pessoas que possuem conta-corrente, uma vez que não há um levantamento por número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou de Registro Geral (RG), por exemplo. É preciso observar que o número de contas e o de pessoas com contas é diferente, uma vez que uma mesma pessoa-física ou jurídica – pode ter mais de uma conta-corrente e duas pessoas ou mais podem compartilhar uma mesma conta.

4.2 Créditos Consignados

A concessão de crédito consignado no Brasil, até 2003, foi operacionalizada pelo setor bancário com base em normas gerais aplicadas às suas atividades, sem que houvesse regulamentação específica para esse segmento de mercado. A partir daquele ano, três regulamentações estabeleceram bases mais claras para o consignado: o Decreto nº 4.840, de 17 de setembro de 2003, determinou as regras específicas para os consignados às pessoas empregadas sob a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); a Instrução Normativa do INSS Decreto nº 121, de julho de 2005, que regulamentou o empréstimo a pensionistas e aposentados da instituição; e o Decreto nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, que trata do consignado a servidores públicos federais.

Em 2005 o crédito consignado veio com o regulamento do crédito a aposentados, isso ocorreu porque a regulamentação permitiu que as instituições financeiras que não fazem o pagamento dos benefícios pudessem contratar operações de crédito, permitindo, assim, que os bancos de menor rede colocassem no mercado promotores de vendas autônomos, apelidados de “pastinha”, para vender o crédito consignado.

Ao contrário do microcrédito, o empréstimo consignado opera no Brasil com dois fatores cruciais para a expansão de um segmento de crédito: taxa de juros flexíveis (exceto o consignado do INSS) e garantias reais de quitação dos financiamentos. Ambos contribuem para tornar as operações viáveis para o setor bancário, por isso acirram a concorrência entre as instituições financeiras na disputa pelos clientes. Essa concorrência levou a uma redução da taxa de juros para empréstimos a pessoas físicas. Os juros caíram, também, em função das garantias, visto que o débito do financiamento em salário, pensão ou aposentadoria pode reduzir de forma significativa o risco de inadimplência, o que tende a pressionar as taxas do financiamento para baixo.

Para tomar crédito consignado – de 30% para aposentados e pensionistas, de 30% a 40% para servidores públicos federais e de 40% para o setor privado – é um aspecto positivo, pois evita o superendividamento dos consumidores. O risco menor do superendividamento reduz também o de inadimplência, o que contribui para as taxas de juros serem menores.

As práticas do mercado, no entanto, não seguem completamente esse bom princípio. No caso dos empréstimos a aposentados e pensionistas do INSS, criou-se uma prática de terceirização da busca de clientes, por meio dos chamados “pastinhas”. A terceirização em si não é um problema. O que distorce o mercado é a falta de estrita observância legal do cadastramento de certificação, assim como do controle sobre o trabalho de quem atua como agente em nome de instituições financeiras para a oferta de crédito consignado.

Diversos problemas decorrem de práticas irregulares, como informações incompletas aos aposentados e pensionistas, de forma a incentivá-los a pegar o empréstimo. Outro problema, que atinge diretamente as operações do sistema bancário, é o excesso de abertura e fechamento de contratos, ou seja, o agente sugere um consignado a um cliente. Depois de algum tempo, o agente sugere ao consumidor quitar esse contrato em recursos tomados de outra instituição as taxas inferiores. E isso pode ocorrer diversas vezes com o mesmo cliente.

Sem vínculo exclusivo com uma só instituição, os “pastinhas” buscam os valores mais baixos para os consumidores. Isso, em si, também não é um problema. O risco está no fato de que empréstimos consignados é lastro de alguns investimentos. Quando um consignado é quitado antes do vencimento, há um descompasso de recursos, o que gera riscos ao sistema.

Nos empréstimos consignados para servidores públicos, um problema é a inadimplência. O motivo para tal é que, ao contrário do que ocorre com o INSS e com empréstimos a empregados em regime de CLT, para esses trabalhadores não há um controle de endividamento. Seria preciso que o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), que processa as folhas de pagamento desses servidores, realizasse um cruzamento de dados, de forma que houvesse a chamada marcação de margem, impedindo que um servidor tomasse empréstimos acima do limite máximo permitido, Isso evitaria o super endividamento.

O mercado de crédito consignado é bastante promissor e interessante como inclusão financeira e social, uma vez que promove não apenas o investimento produtivo, mas outros indicadores de qualidade de vida, como o acesso de bens duráveis (geladeiras e fogões, por exemplo), melhor controle das finanças (com a quitação de dívidas cujos juros são superiores), realização de projetos pessoais e etc. Há, portanto, formas de tornar o consignado um segmento de baixíssimo risco de empréstimo, do ponto de vista dos bancos, e de taxas bastante reduzidas, do ponto de vista do consumidor.

5. CONTA CORRENTE E CONTA-POUPANÇA SIMPLIFICADA

O ano de 2003 marcou também a criação das contas-correntes (Resolução nº 3.104, de junho de 2003, do Banco Central) e contas-poupança simplificadas (Resolução nº 3.113, de 31 de julho de 2003). A facilidade de abertura e a isenção de tarifas permitiram a muitos consumidores que abrissem suas primeiras contas, entrando para o grupo de pessoas bancarizadas. Isso facilita o acesso a serviços e também promove a manutenção e rentabilização do patrimônio, por meio de investimento na poupança.

Essas contas simplificadas, direcionadas pessoas físicas, têm como principal característica a abertura simplificada, ou seja, reduzida exigência de documentação em relação à conta tradicional. Mas há contrapartidas. Entre elas, que sejam a única conta do correntista e que tenha um limite máximo de saldo de R\$ 1 mil em qualquer momento e um limite de soma de depósitos mensais nesse mesmo valor.

Esses tetos reduzem o risco de uso dessas contas para fins ilícitos, como o de lavagem de dinheiro. Desrespeitados tais tetos, as contas podem ser bloqueadas. Além disso, a movimentação é feita apenas por cartão magnético, pois não podem ser emitidos talões de cheques.

Para contas de depósito a vista simplificada, foram definidas isenções tarifárias que facilitam o acesso do consumidor de baixa renda a esses serviços. As cobranças só ocorrem em caso de, ao mês, serem feitos mais de quatro saques, retirados mais de quatro extratos, feitos mais de quatro depósitos e fornecidas folhas avulsas de cheque ou de recibo para saque. Embora essas isenções atraiam mais clientes aos bancos, ao mesmo tempo representam um custo operacional para o sistema que não é coberto.

5.1 Conta-Salário

A criação da conta-salário, determinada pelas resoluções nº 3.402, de 06 Setembro de 2006, e nº 3.424, de Dezembro de 2006, do Banco Central, pode ser considerada outro mecanismo de inclusão financeira, tendo características de certa forma semelhantes às das simplificadas, em termos de maior facilidade de abertura e na questão de isenção de tarifas para o cliente e custos para o sistema bancário. As contas-salários foram criadas apenas para o crédito de recebimentos, como salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias e pensões, que devem ser creditados pela instituição pagadora.

Essa conta também é um facilitador para baixa renda por dois motivos principais: um deles é que, apenas por sua renda, esses consumidores não teriam acesso a uma conta bancária. As contas-salários são abertas por meio de contrato entre a instituição financeira e o empregador, que é o “dono” da folha de pagamentos processada pelo banco. É preciso lembrar ainda que, ao ter uma conta vinculada ao recebimento de salário, o consumidor pode ter acesso ao crédito consignado. Outro facilitador da conta-salário são as diversas isenções tarifárias.

Quem tem conta-salário fica isento de tarifas nas transferências dos recursos totais creditados para outras instituições financeiras, para conta de depósito do correntista. Transferências de qualquer valor para a mesma instituição financeira não podem ser cobradas. São também isentas de tarifas as operações de fornecimentos de cartão magnético e de até dois extratos dos últimos trinta dias, de realização de até cinco saques e de até duas consultas mensais ao saldo no ATMs (Caixa Eletrônico) ou nos guichês de caixa e de manutenção da conta. Essas contas não têm direito a cheque.

6. AS MPEs E A DIFICULDADE DE ACESSO AO CRÉDITO

De acordo com um estudo realizado em 2005 pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), na América Latina e Caribe, as MPEs encontram praticamente as mesmas dificuldades quando recorrem aos agentes financeiros em busca de crédito. O tamanho da empresa, a disponibilidade de recurso, a organização e gestão, e até mesmo o nível cultural dos tomadores são analisadas quando o assunto é acesso às linhas de financiamento.

Há também outra questão que também é determinante para o sucesso do mercado de créditos: a taxa de juros. As grandes instituições financeiras privadas oferecem taxas de juros pouco atrativas às empresas de pequeno porte, e quando essas taxas são acessíveis, outra questão entrava as negociações: as garantias.

O acesso ao crédito é um dos fatores principais para tornar possível a sobrevivência das empresas de pequeno e médio porte. Sendo assim, há a necessidade de caminhos alternativos para democratizar o nosso sistema financeiro de crédito para investimentos. Hoje, sabemos que o Brasil passa por um momento de alerta em relação ao crescimento econômico, com o PIB em queda, e sabemos também que em cenários assim, de risco, há uma maior retração de créditos para as empresas de menor porte.

As micro e pequenas empresas são afetadas com maior impacto durante essa desaceleração econômica, uma vez que a burocracia creditícia tende a aumentar, e as garantias exigidas não são alcançáveis por parte dos pequenos negócios. As informações que os tomadores apresentam, tanto contábeis e gerenciais quanto às garantias, são insuficientes para que os bancos analisem as propostas com risco mínimo, a dificuldade dá-se no momento de transmitir essas informações. Os agentes financeiros não conseguem enxergar a médio e longo prazo capacidade de pagamento, sendo assim os bancos tendem a espantar o seu maior fantasma: a inadimplência. No entanto, mais do que a problemática do acesso ao crédito, está à questão do crescimento e sobrevivência dos pequenos negócios, dessa maneira cabe ao governo estudar novas formas de linhas de crédito diferenciadas às micro e pequenas empresas. Felizmente essas medidas estão sendo tomadas e a seguir abordaremos o papel fundamental dos bancos públicos para viabilizar as oportunidades de crédito possível e diferenciado aos pequenos empreendedores, para potencializar o seu papel na economia.

6.1 O que é Microcrédito

É a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas que não tem acesso ao sistema financeiro tradicional.

O microcrédito disponibiliza crédito para empreendedores de baixa renda, capaz de transformá-los em riquezas para o próprio país, o microcrédito ajuda na parte política e desenvolvimento. O microcrédito é a parte importante no combate à pobreza, na medida em que o acesso ao crédito produtivo contribui para melhorar a qualidade de vida do segmento pertencente á base da pirâmide econômica e social.

O poder público um atuando com programas voltados diretamente para o microcrédito, por meios de bancos oficiais com carteiras especializadas, exemplo: Crediamigo do banco do Nordeste, ou através do programa conhecido como “Banco do Povo”, que trabalha majoritariamente com recursos orçamentários. Há ainda os programas públicos de fomento a instituição de microcrédito da sociedade civil e privada são as chamadas “instituições de segunda linha”, a exemplo do programa de crédito produtivo popular do BNDES e do programa SEBRAE de apoio ao segmento de microcrédito.

O microcrédito adota uma metodologia específica que consiste, primeiramente, na concessão assistida do crédito. As agências de crédito vão até o local onde o candidato ao crédito exerce sua atividade produtiva, para avaliar as necessidades e as condições de seu empreendimento, bem como as possibilidades de pagamento. Após a liberação do crédito esse profissional passa a acompanhar a evolução do negócio.

Outra coisa que diferencia o microcrédito tradicional são os sistemas de garantias importantes para a cobertura de possíveis inadimplências, e adota sistemas de garantias mais próximos das condições sócio-econômico aos pequenos empreendedores, cuja ausência de bens para oferecer como garantia real é compensada pelo capital social da comunidade, e as garantias possa se oferecidas: individualmente, com o tomador de indicando uma avalista (fiador), coletivamente, por meio do aval solidário, que consiste na formação de grupo, geralmente de três a cinco pessoas, em cada um é ao mesmo tempo tomador do crédito e avalista do demais.

Hoje o microcrédito é visto como a parte, mais importante da nascente industrial macrofinanceira, que se define por um conjunto de serviços financeiros que fica a disposição da população de baixa renda. Além do crédito. É oferecida aos clientes poupança, depósitos a prazo, seguros, cartões, e outros.

6.2 As Principais Características do Microcrédito

Crédito produtivo; ausência de garantias reais crédito orientado; crédito adequado ao ciclo do negócio;baixo custo de transação e elevado custo operacional; ação econômica com forte impacto social.O microcrédito é um crédito específico para um segmento da economia que está voltado para negócio de pequeno porte que são gerenciados para pessoas de baixa renda, "e não se destina financiar o consumo."

Ausência de garantias reais: A disponibilização de crédito para empreendedores de baixa renda tem sido atendido por microcrédito de duas maneiras:

1º maneira: (Oval solidário ou fiança solidária) que é feito com o apoio de três ou cinco pessoas que tenha pequenos negócios e que necessite de crédito, entre o grupo tem que existir confiança porque envolve grande responsabilidade com o crédito do grupo é preciso existir também bom relacionamento entre eles porque só assim conseguiu forma um "grupo solidário".

2º maneira: Para quem não quer participar do oval solidário é necessário a presença de um fiador que preencha as condições estabelecidas pela instituição de microcrédito.

Crédito orientado: Por ser a maioria das empresas pequenos negócios ser informal, ter valor reduzido nas operações e formação sociocultural dos pequenos empreendedores requerem por isso procedimentos específicos para concessão de microcrédito.

Crédito orientado: É preciso de procedimentos específicos no processo de concessão de microcrédito por serem os negócios de porte pequeno e de caráter informal.

O tomador de microcrédito nem sempre vê o crédito como investimento o seu ramo de negócio e em alguns casos, tem receio de se endividar.

Por isso o microcrédito precisa ser de forma assistida e isso feito pelo agente de crédito, assim suas ações e atitudes devem conceder aos empreendedores pequenas informações e orientações essenciais para o êxito do negócio.

O agente de crédito é o elo entre as instituições de microcrédito e o tomador do empréstimo, ou seja, a pessoa que concedera o dinheiro ele é, portanto o responsável pelo estabelecimento de uma relação profissional e de confiança. Porque, tanto o agente como o tomador precisa fazer com que os empréstimos sejam pagos e retorne a instituição de microcrédito para assegurar continuidade em bases sustentáveis.

O processo feito pelo agente de crédito resumidamente é feito por meio de uma entrevista com o pretendente de microcrédito nessa conversa é abordado a situação financeira e aspectos gerenciais do negócio para direcionar a forma do crédito a se concedido. Para empréstimos de valores baixos essa entrevista ou análise é feita de modo simples, com a presença de um empreendedor, o plano de investimento o plano de investimento e o fluxo de caixa. O agente faz parte de todo processo tanto na liberação de crédito até o seu recebimento é ele que vai até o cliente não como é feito nos bancos tradicionais.

Crédito adequado ao ciclo do negócio, características comuns voltados para a operação de microcrédito:

Empréstimos de valores pequenos; prazos de pagamentos curtos; caracterização como linha de crédito; empréstimos com valores crescentes.

Características que criam: uma espécie de círculo virtuoso onde o tomador é incentivado a pagar em dia para que passe a receber novamente crédito que poderá ser de valores maiores.

Baixo custo de transação e elevado custo operacional:

Para o pequeno empreendedor quanto mais curto for o tempo de transação para fazer um empréstimo melhor e pode até ser melhor custo financeiro.

Baixo custo de transação significa: proximidade do cliente; mínimo de burocracia; agilidade na entrega do crédito. São essas características que incentivam o pagamento em dia e o bom uso do crédito.

São imprescindíveis as instituições de microcrédito o uso da tecnologia macrofinanceira porque a tecnologia torna as transações mais rápida e muito mais fácil. O BNDES incentiva essa modernização.

6.3 Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte

As Sociedades de Crédito Ao Micro Empreendedor e a Empresa de Pequeno Porte (SCMEPPs), anteriormente denominada Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), são as instituições financeiras especializadas em microcrédito, regulamentadas e fiscalizadas pelas autoridades monetárias brasileiras, constituídas com capital privado.

Segundo BNDES (2002), propósito das SCMEPPs foi dinamizar o setor de microfinanças brasileiro que preenchesse os requisitos de autossustentabilidade econômica e institucional e ao mesmo tempo, que não se desviasse do objetivo fundamental de fornecer

serviços financeiros ao seu principal público-alvo – os micros empreendedores formais e informais sem acesso ou com acesso limitado a esses serviços.

Foram instituídas pelo art. 12 da MP n° 1.894-19, de 29 de Junho de 1999, convertida na lei n° 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. Em 2 de Agosto de 1999. O Conselho Monetário (CMN) aprovou a Resolução n° 2.874, de Julho de 2001, que complementou a base normativa para sua constituição e seu funcionamento.

O objetivo deste artigo é descrever a evolução das SCMEPPs, tornando mais compreensível seu estágio atual, assim como suas perspectivas.

Nesse sentido, a história das SCMEPPs foi dividida em duas partes. A primeira vai da sua instituição. Em meados de 1999, até Maio de 2008 e foi chamada de Especialização em Microcrédito com o foco restrito. A segunda fase, aqui denominada Especialização em Microcrédito com foco ampliado, que está sendo experimentada, iniciou-se em 2 de Junho de 2008, quando começou a vigorar a Resolução n° 11.524, de 2 de Setembro de 2007.

As SCMEPPs instituições para massificar o microcrédito no Brasil, com o cuidado de serem autossustentáveis economicamente institucionalmente, vivenciaram de ser autossustentáveis no campo econômico. Por consequência, não se desenvolveram adequadamente, e o objetivo da massificação do microcrédito não foi atingido. Em Maio de 2008, as normas operacionais se tornaram flexíveis e iniciou-se a chamada Especialização em Microcrédito com o foco Ampliado, modelo que está sendo vivenciado e bem – sucedido, possibilitando crescimento no setor.

Todavia, para que se atinja a meta da massificação do microcrédito por intermédio das SCMEPPs, é necessário mais mobilização de capital próprio e, principalmente de terceiros. Assim, promover acesso a Funding (Financiamento) de terceiros deve ser, neste momento, prioridade de todos os que queiram contribuir para o desenvolvimento do setor.

7. A RESPONSABILIDADE DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO COM CRÉDITO INCLUSIVO

A história dos bancos de desenvolvimento e das agências de fomento, mais precisamente desse grupo, edificou-se em cenário de fragilidade economia e social, apoiada na percepção do governo quanto à dificuldade de acesso as empresas ao crédito para a formação do capital produtivo, exigem que se trate a inclusão de duas formas distintas, mas complementares, quanto inseridas no processo de fomento ao desenvolvimento do país. A primeira corresponde ao acesso ao setor produtivo formal e estruturado ao crédito de longo prazo a segunda, a mais difundida, diz a respeito á universalização do uso dos serviços e produtos financeiros.

Tratando-se especificamente de crédito para a produção, a inclusão financeira é considerada como a disponibilização de crédito para financiar o empreendedorismo individual, principalmente aquele desenvolvido nas camadas da sociedade em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Nos anos 90, após a “década perdida” que teve como mérito exigir das autoridades e da própria sociedade a construção de um novo conceito de desenvolvimento erigida sobre os pilares da democracia restabelecida, busca-se no cenário nacional a tentativa de encontrar para a ética um espaço na interseção da economia e da política, único terreno fértil para o cultivo da justiça social. Nessa época, uma nova visão de desenvolvimento focaliza o bem-estar humano e na preservação ambiental, considerando que as ações do governo e do mercado devem estar a serviço da sociedade e não o contrário. Naquele momento iniciou se no país a construção de um novo modelo de desenvolvimento que considera novos componentes no seu processo e nos novos impactos dos seus resultados.

A diferença básica instituição financeira pública ou privada de caráter comercial daquela criada com a vocação e o compromisso voltados ao desenvolvimento. Mesmo que ambas persigam o emprego suficiente de seus recursos, uma enxerga o capital como instrumento de acumulação de riquezas em nível individual ou circunscrito ao seu grupo de acionista e outra. Como difusor de meios de acesso á riqueza coletiva, cumprindo, assim, o papel de fomentadora do desenvolvimento.

Assim cabe destacar o comprometimento com a constante vigilância que as instituições financeiras de desenvolvimento devem assumir em relação aos créditos que se concedem, para que a utilidade-fim seja, e impreterivelmente, a promoção do desenvolvimento sustentável, estando tal comprometimento claramente expresso nos objetos

sociais dos Bancos de Desenvolvimento e das Agências de fomento, estipulados pelo Banco Central do Brasil (BCB), entre regulador e fiscalizador de suas atuações, a saber:

O objetivo precípua dos Bancos de Desenvolvimento é proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazo, de programas e projetos que visão promover o desenvolvimento econômico e social dos respectivos Estados da Federação onde tenham sede, cabendo-lhes apoiar prioritariamente o setor privado.

8. A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO

Na história do Sistema Financeiro Nacional de Fomento originalmente Associação Brasileira De Bancos De Desenvolvimento (ABDE) e, desde 1990, com razão social alterada para Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – surge como ente aglutinador das entidades financeiras de desenvolvimento na defesa de seus interesses.

Atualmente, a ABDE mantém em seu quadro de associação 25 entidades de grande expressão para o desenvolvimento do país, sendo: cinco federais BNDES, BB, CEF, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia e outros.

A evolução do sistema financeiro, que se adaptou á nova realidade aprendendo com os erros do passado e reforçando os seus pilares de sustentação, exigiu igual comportamento da ABDE, levando-a, em Julho de 2007, a realizar o seu primeiro Planejamento Estratégico Participativo. Tratou-se de um exercício democrático e efetivamente coletivo de projetar a entidade para o futuro, no qual venha “ser uma instituição representativa dos interesses comuns dos associados, respeitada, legítima e reconhecida pelo órgãos públicos, pela iniciativa privada e pela sociedade em geral, como entidade de referência no fomento do desenvolvimento do país” (visão do futuro). No campo organizacional, definiu-se como Missão de conduzir a entidade á visão do futuro projetado qual seja formular, encaminhar, implantar e monitorar soluções de interesses comuns de seus associados, focando suas atividades na representação e na defesa de tais interesses, atuando com uma estrutura organizacional eficiente e pautada nas melhores práticas de governança corporativa e princípios éticos.

8.1 Instituições de atuação Nacional Banco do Brasil S.A

Fundado em 12 de Outubro de 1808, é uma sociedade de economia mista, com participação majoritária da União, em 70% das ações. Em que pese se tratar de um banco público de atuação comercial tem cumprindo um importante papel na economia brasileira como emissor nacional de moeda, até a criação do BCB. Destaca-se ainda por ser a instituição financeira que mais incentiva o agronegócio.

8.2 BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

É uma instituição pública estadual, cujo negócio é a promoção do desenvolvimento sustentável do estado do Espírito Santo. Foi criado em 20 de Fevereiro de 1967, inicialmente sob o nome de Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES), com a missão de atuar como principal instrumento de revitalização da economia capixaba, abalada que estava pela política de erradicação dos cafezais, já que na época, a cafeicultura era principal atividade econômica do Espírito Santo.

8.3 BDMG - Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais

Fundado em 1962, é uma empresa pública estadual com a missão de participar ativamente na execução da política economicamente do governo do estado, por meio de operações de financiamento de médios e longos prazos, para empreendimentos que operam ou chegam para instalar em Minas Gerais. Financiando ações voltadas para o desenvolvimento das atividades rurais, industriais, de comércio e serviços, e para o incremento da infraestrutura dos municípios, o BDMG gera inúmeros benefícios sociais com reflexos positivos nos níveis de emprego renda e bem-estar da população. A existência de quatro bancos estaduais e um distrital que são sociedades da economia-mista, com participação majoritária dos governos dos estados a que pertencem, organizados sob a forma de Banco Múltiplo, detentores de carteira de desenvolvimento, que atuam individualmente ou em conjunto; com Bancos federais, como é o caso do Banco de Brasília (BRB); com bancos regionais, como o Banco do Estado do Sergipe (Banese) e o Banco do Estado do Pará (Banpara); com o banco de desenvolvimento estadual, como Banco do Estado Do Espírito Santo (Banestes); e com Agências de Fomento, como o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). Esses, embora sejam bancos comerciais, ainda mantêm a vocação de fomentar o desenvolvimento do país.

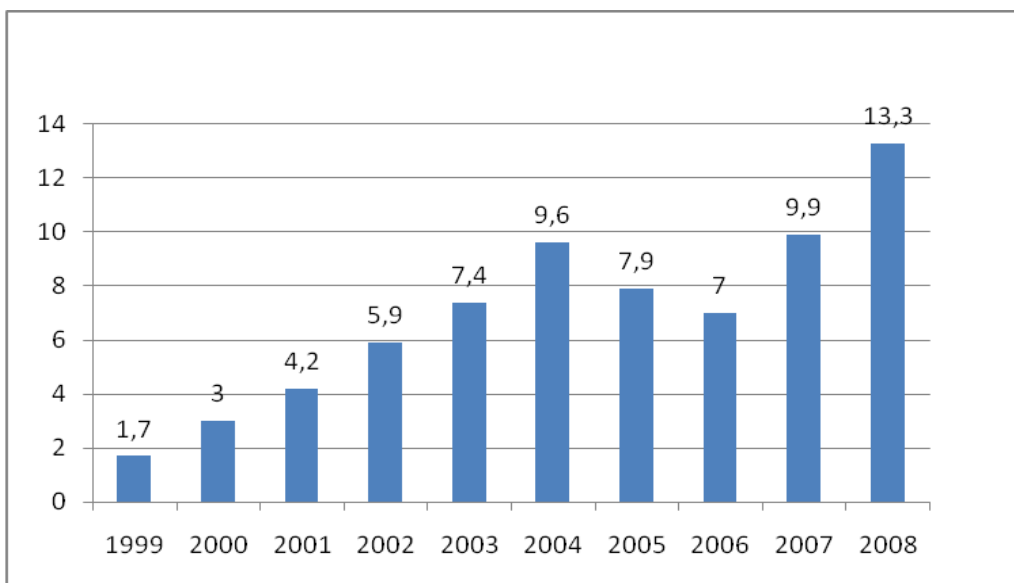
8.4 BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

O BNDES é uma empresa pública ligada ao governo federal. Fundado em 1952 tem como missão financiar os investimentos que possibilitem um maior desenvolvimento do país na esfera econômica e social. Atende a praticamente todos os setores da nossa economia como: agricultura, indústria, infraestrutura e o setor de comércio e serviços. Existem também

as linhas de investimentos ligadas ao desenvolvimento social como: agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

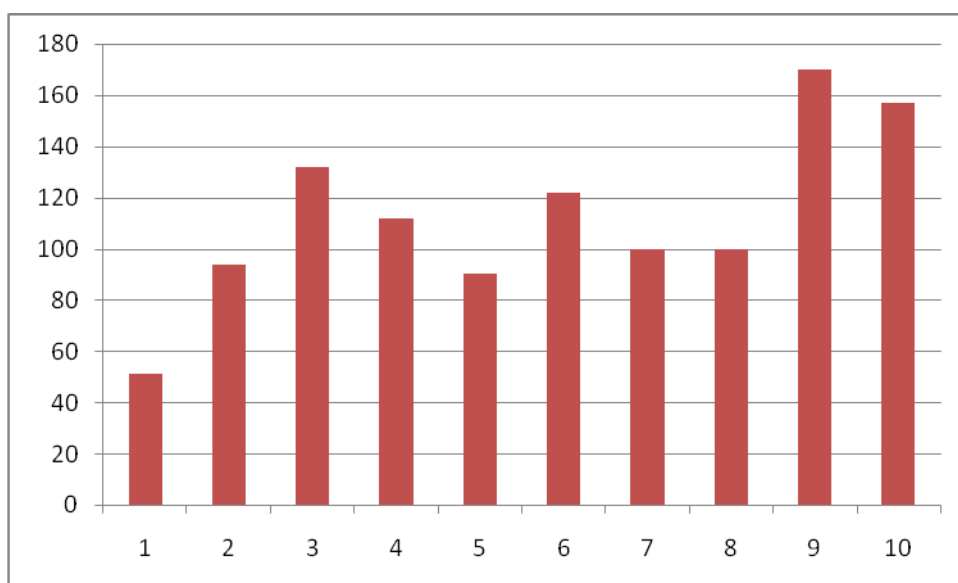
O BNDES nos últimos anos vem se preocupando cada vez mais com as linhas de créditos para as MPEs e pessoas físicas que desenvolvam atividades produtivas. Isso se dá pela importância desses setores para a manutenção do equilíbrio econômico do país. Os gráficos a seguir demonstram esses números.

Gráfico 1 – Desembolso para MPEs e Pessoa Física em R\$ Bilhões



Fonte: BNDES (2009)

Gráfico 2 – Desembolso para MPEs e Pessoa Física – Número de operações em milhares.



Fonte: BNDES (2009)

Ao analisarmos os dados observamos que ao longo dos últimos anos o BNDES é cada vez mais participativo quando a questão é crédito para as empresas de pequeno e médio porte. O ano de 2008 fechou com 13,3 bilhões de reais em crédito, curiosamente foi durante esse período que a crise dos Bancos Norte-Americanos assolava a economia global. Nota-se que o BNDES teve papel fundamental para possibilitar o equilíbrio econômico do Brasil frente à maior crise econômica mundial desde 1929. O Brasil manteve sua trajetória de crescimento, mesmo durante a crise, novos postos de trabalho foram criados, enquanto as grandes potências enfrentavam uma forte onda de desemprego e falências.

A posição do BNDES, de expandir o acesso ao crédito, frente à crise financeira foi fundamental para que o país pudesse passar pelos momentos difíceis com maior tranquilidade e não aumentar a taxa de mortalidade da MPEs.

O BNDES possui linhas especiais que atendem determinados setores da economia. Nos valores desembolsados destacam-se as áreas de investimento em máquinas e equipamentos no segmento industrial e agrícola, através do Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos). Tem também um cuidado especial com a possibilidade de expansão e inovação da tecnologia, uma vez que é fundamental para garantir a competitividade das empresas nacionais, sendo assim, o Banco busca novas estratégias para garantir investimentos em tecnologia de ponta para tornar os produtos nacionais atrativos tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo. O Pró-Aeronáutica foi criado

justamente com esse objetivo de apoiar os avanços das MPMEs (Micro, Pequenas e Médias Empresas) na cadeia produtiva aeronáutica brasileira.

Outra questão que é de suma importância é a possibilidade de empresas que estão nascendo, inclusive aquelas em estágio zero, tomarem empréstimos para viabilizar o início do negócio, através do Criatec (Fundo de Capital Semente), que é um programa destinado ao capital de risco. As empresas que estão nascendo são mais suscetíveis aos riscos do mercado, o que torna a tomada de empréstimos em Bancos privados mais difícil por não oferecem as garantias exigidas. O Criatec já investiu em mais de 33 empresas que oferecem inovações tecnológicas para o mercado.

9. PROGRAMA DE MICROCRÉDITO

Criado em 1996 esse programa é operado de forma indireta pelo BNDES que é o agente garantidor dos fundos que são repassados às Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (Impos), com o objetivo de alcançar os microempreendedores formais ou informais que tenham receita bruta anual igual ou inferior à R\$ 240 mil. O programa foi reformulado em 2005, mas ainda enfrenta alguns problemas como a questão dos representantes financeiros: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) não terem carteira suficiente para manter a concessão de microcrédito, uma vez que a quantidade de clientes é insuficiente e o retorno financeiro é de longo prazo.

Hoje o BNDES estuda novas estratégias para consolidar o microcrédito produtivo e uma delas é a possibilidade da consolidação de Oscips que atuam na mesma região, esse fator é importante, pois cada região tem suas características econômicas, sociais e culturais e esses pontos devem ser levados em consideração no momento de implantação de uma Oscip. Dessa maneira a chance de sucesso aumenta, e é isso que o BNDES espera que as Oscips se tornem maiores e mais lucrativas para elevarem-se à condição de Instituição financeira regulada pelo Banco Central do Brasil e por consequência expandir o mercado das microfinanças destinadas as MPes.

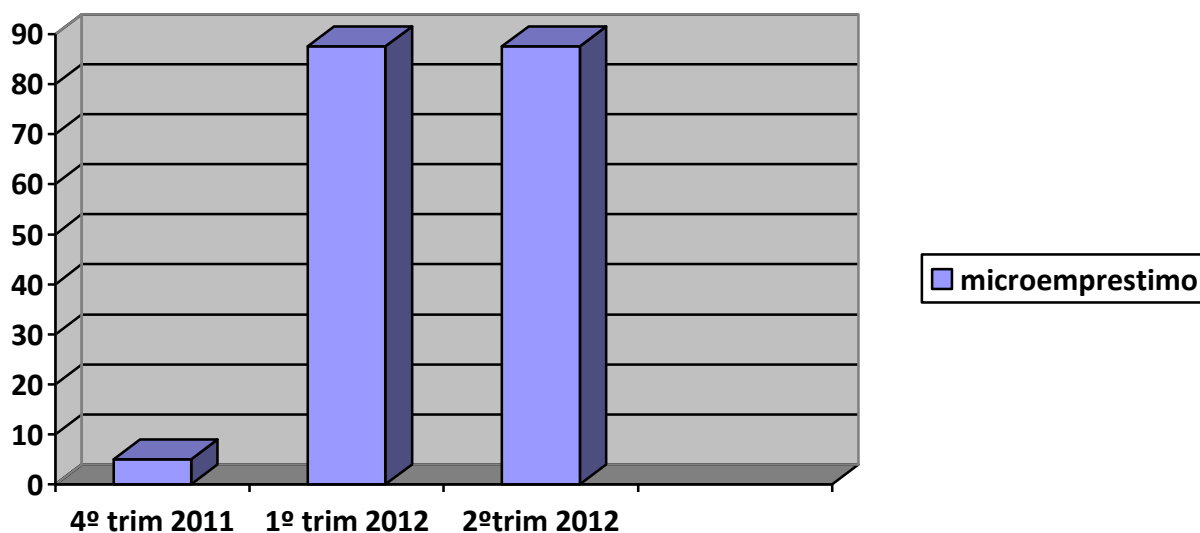
Outra dificuldade relacionada à expansão do microcrédito é o reduzido número de Bancos privados que aceitam participar das transações como agentes financeiros, tanto no papel de Impos quanto de Oscips, devido às poucas garantias oferecidas pelos microempreendedores. O BNDES espera que através do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) os bancos possam se interessar pelo mercado de microcrédito. O FGI trata-se de um instrumento de garantia de crédito administrada pelo BNDES, como as micro e pequenas empresas não oferecem as garantias exigidas pelos Bancos o FGI entra como garantia auxiliar, o que torna as transações mais seguras, dessa maneira há maiores chances de negociação como taxa de juros mais baixas e prazos mais longos.

Portanto, o papel do BNDES é fundamental para o maior desenvolvimento das MPes e por consequência dinamizar o nosso mercado e possibilitar a geração de novos postos de trabalho.

9.1 Caixa Econômica Federal

Criada em 1861 ainda durante o Período Imperial é hoje, um dos maiores Bancos públicos da América Latina. É responsável pela maioria das transações financeiras e ações sociais do Governo Federal, está presente em vários projetos de melhoria da qualidade de vida da sociedade em áreas como habitação (Minha Casa Minha Vida, Construcard), saneamento básico, prestação de serviços, atividades artísticas, culturais, desportivas e educacionais. Existe também o apoio às MPEs e aos empreendedores formais e informais através do programa de Microcrédito Crescer Caixa, que disponibiliza micro empréstimos com valores entre R\$ 300,00 e R\$15.000,00 para empreendimentos com faturamento anual de até R\$120.000,00, dependendo da necessidade e do porte da empresa, com taxas de juros de em média 0,64% a.m e prazos de até 24 meses para parcelamento da dívida. O Crédito Orientado Crescer já emprestou mais de 180 milhões de reais desde a sua criação em setembro de 2011. Hoje atende quase 60 comunidades carentes em todo país, como Complexo do Alemão e Rocinha no Rio de Janeiro e a comunidade de Heliópolis em São Paulo.

Gráfico 3 - Microcrédito Crescer Caixa – Valores emprestados desde sua criação em setembro de 2011. Os números estão em R\$ milhões.



Fonte: CEF (2012)

Foram emprestados no último trimestre de 2011 aproximadamente 5 milhões de reais, já este ano até o mês de junho os números beiravam os 190 milhões de reais. Nota-se

a necessidade de expandir e tornar mais acessível o mercado de créditos às MPEs que precisam de um modelo de crédito possível e alcançável.

9.2 Banco do Povo Paulista

O Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular do Estado de São Paulo ou simplesmente, Banco do Povo Paulista, foi criado em 1998 durante o mandato do governador Mario Covas, e representa hoje um dos maiores programas de crédito produtivo do Estado. Sua missão é a concessão de crédito a pequenos empreendedores formais ou informais para geração de emprego e renda dos municípios. É administrado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT) e atende a grande maioria dos municípios do Estado.

O Fundo de Investimento tem como clientes Empreendedores formais ou informais que tenham faturamento anual bruto de até R\$360.000,00 e não possuam restrições cadastrais no SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), SERASA (Centralização dos Serviços Bancários S/A) e CADIN Estadual (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais). As modalidades de empréstimo são para capital de giro, investimento fixo e mista (giro+fixo), com taxas de juros de 0,5% a.m.

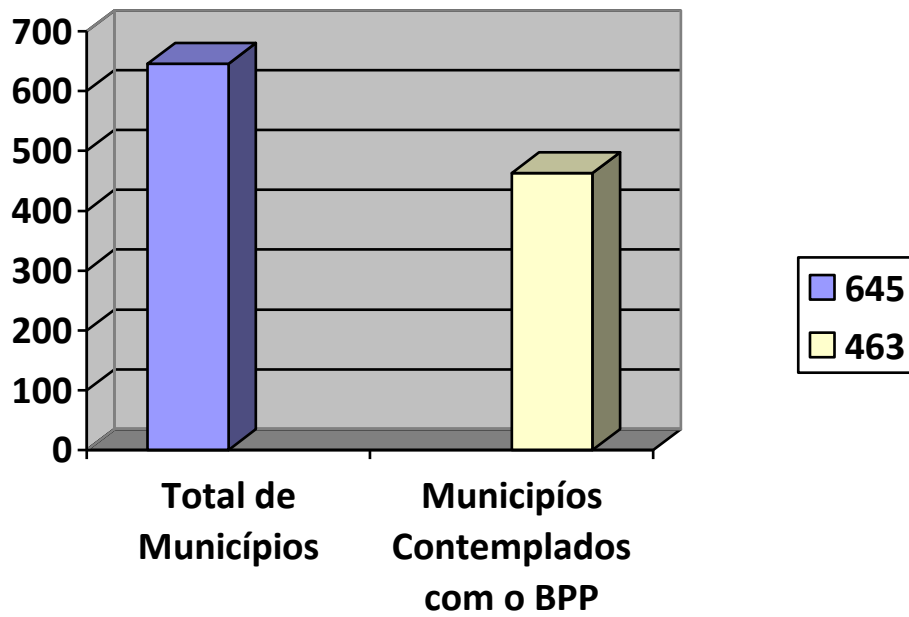
A organização e a estruturação do Fundo se dão através do Grupo Executivo de Crédito (GEC) que é responsável pela administração, operacionalização e suporte, UCM (Unidade de Crédito Municipal), local destinado ao atendimento aos empreendedores no município, CCM (Comitê de Crédito Municipal), responsável pelo gerenciamento da unidade de crédito. O agente financeiro do Fundo é o Banco do Brasil, que é responsável por administrar os recursos. O trabalho do Banco é realizado em parceria com as prefeituras da seguinte maneira: o Estado disponibiliza 90% dos recursos financeiros para o município e as prefeituras acrescentam os 10% restantes, a partir de então as prefeituras através dos agentes de crédito (funcionários públicos municipais ou não) administram a carteira e controlam a inadimplência que é mínima algo entre zero e um por cento.

No mês de agosto de 2012 o Banco do Povo Paulista atingiu a sua marca histórica: 1 bilhão de reais em microcrédito. Para o diretor executivo do Banco, Antônio Mendonça, isso representa mais do que números é acima de tudo o resultado de um trabalho bem sucedido que vem transformando a vida dos pequenos empreendedores.

A seguir analisaremos alguns gráficos que representam com melhor clareza o trabalho realizado pelo BPP, através das análises por regiões administrativas:

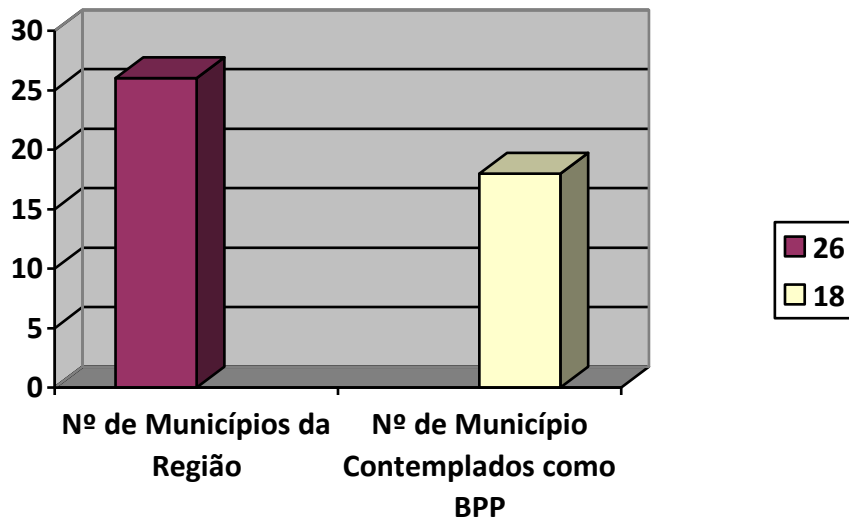
Obs. Os dados foram retirados do relatório Semestral do Banco do Povo Paulista.

Gráfico 4 - Municípios contemplados com o BPP



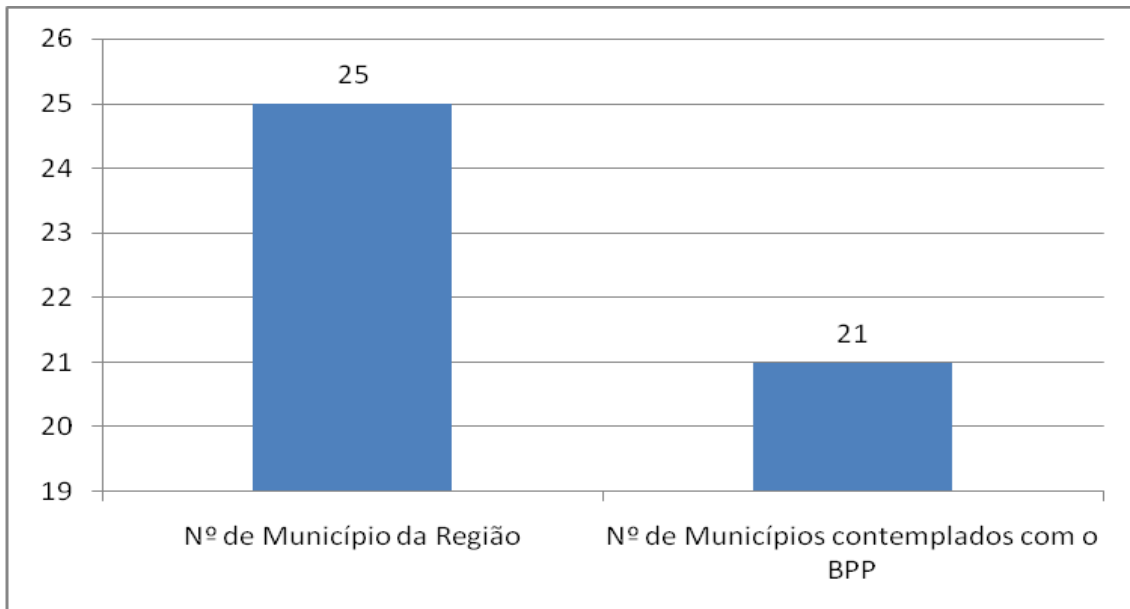
Fonte: Banco do Povo Paulista (2009)

Gráfico 5 - Região Central do Estado de São Paulo:



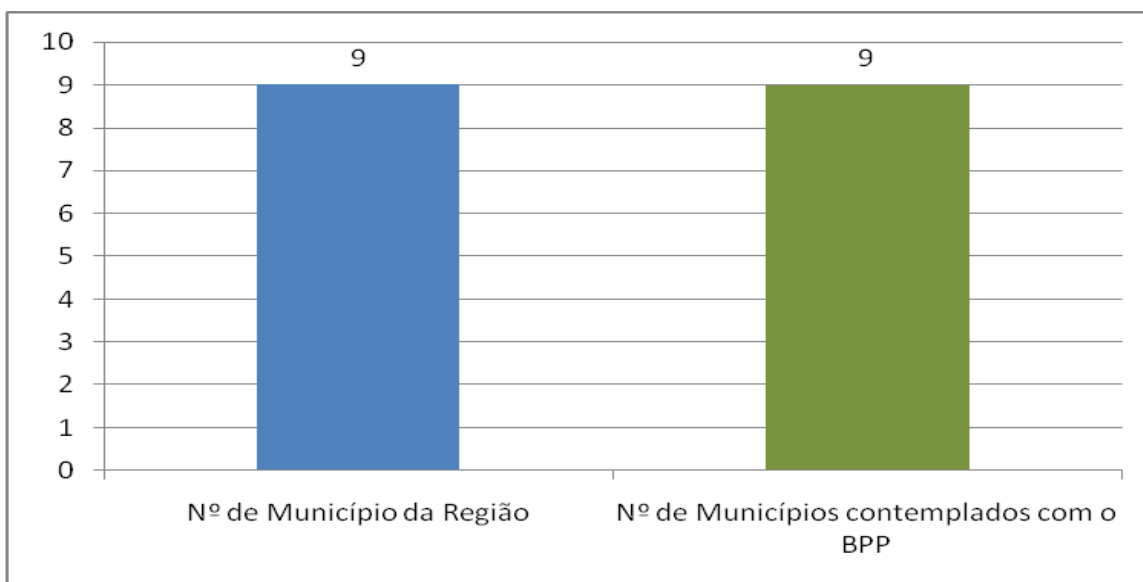
Fonte: Banco do Povo Paulista (2009)

Gráfico 6 - Região de Ribeirão Preto



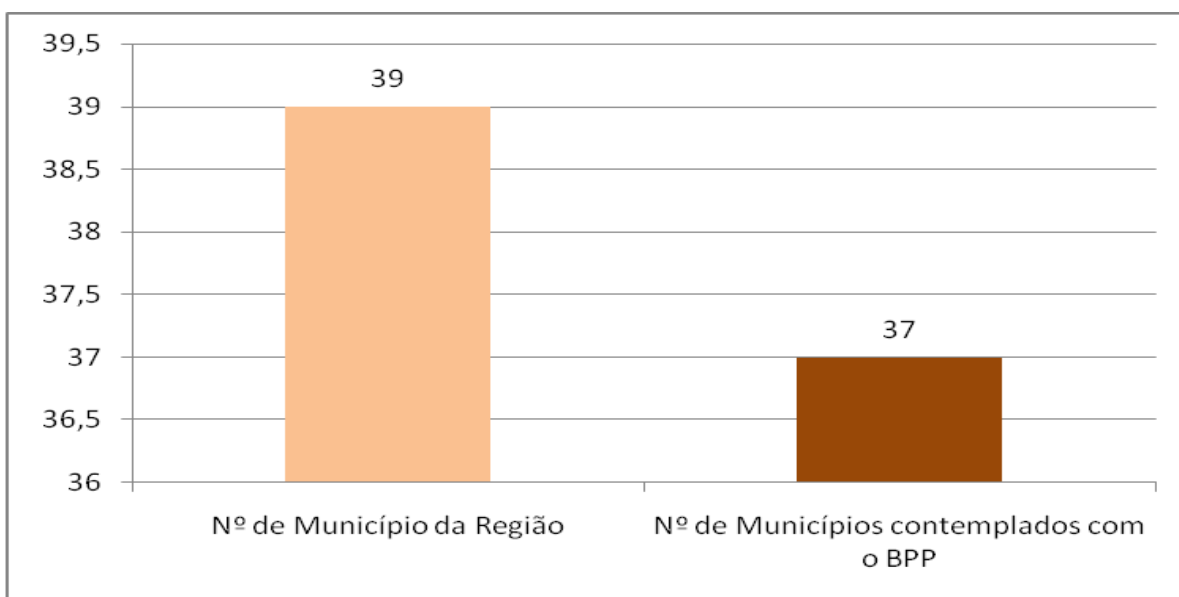
Fonte: Banco do Povo Paulista (2009)

Gráfico 7 - Região da Baixada Santista



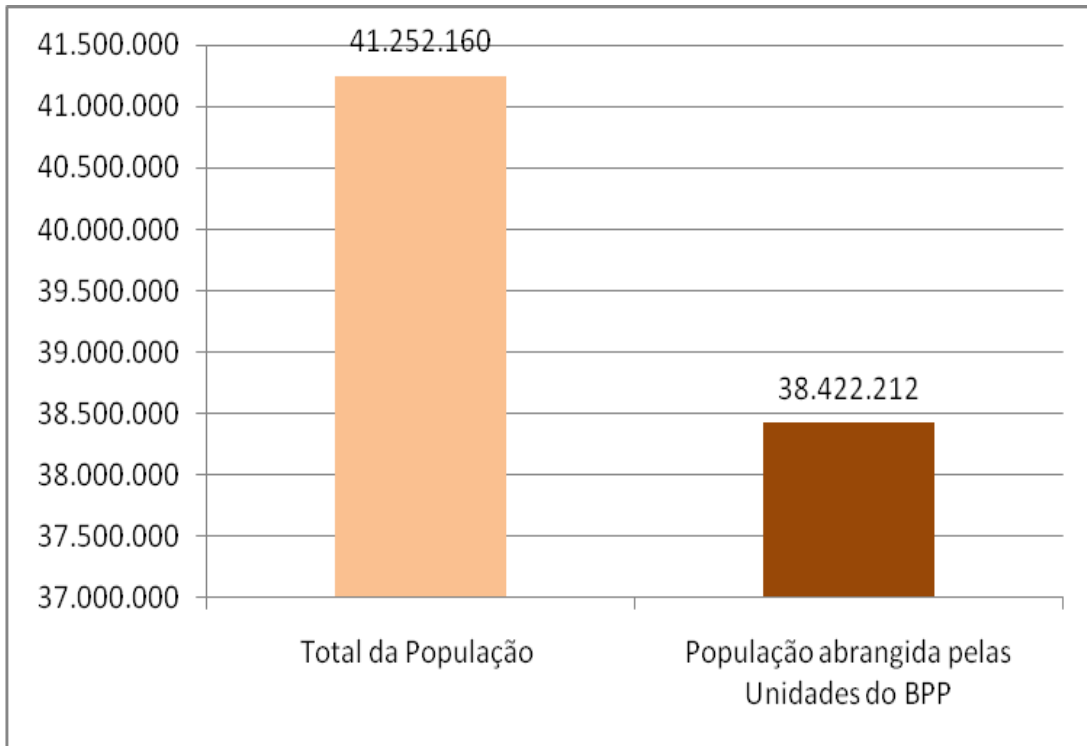
Fonte: Banco do Povo Paulista (2009)

Gráfico 8 - Região da Grande São Paulo:



Fonte: Banco do Povo Paulista (2009)

Gráfico 9 - Análise entre o Total da População do Estado e o Total Abrangido pelo BPP.



Fonte: Banco do Povo Paulista (2009)

10. FINANÇAS SOLIDÁRIAS E MOEDA SOCIAL

I – A exclusão Financeira

O atual sistema financeiro se compõe de três partes:

I – Uma parte capitalista, formada por intermediários financeiros – bancos, companhias de seguro, corretoras etc. – que tem por objetivo fundamental o lucro, mais precisamente o maior retorno sobre o capital investido.

II – Outra parte é estatal, composta por bancos federais e estaduais, que não deveriam visar lucro, mas a prestação de serviços ao público.

III – Uma grande variedade de intermediários financeiros, parte dos quais poderia ser chamada de social ou solidária, composta por bancos e outros intermediários financeiros privados que não visam lucro, mas o atendimento das necessidades de comunidades excluídas do acesso aos serviços das outras duas partes.

O sistema financeiro, em sua parte capitalista, na sua origem se especializou, há mais de um milênio, a guarda valores e no fornecimento de empréstimos a papas, reis e pessoas poderosas e ricas de cada reino. Depois de alguns acontecimentos, passou a financiar os mercadores e senhores de muitas terras e seus empreendimentos bélicos e comerciais, e na medida em que empresários médios e pequenos e assalariados especializados adquiriram direitos em consequência puderam aumentar seus rendimentos, os bancos capitalistas abriram suas portas a estas classes. Porém o povo comum – à plebe – as firmas financeiras privadas nunca tiveram interesse em tê-los nem como depositante nem como tomador de empréstimos.

Alguns bancos públicos foram criados com a missão de oferecer amparo financeiro aos pobres. No Brasil, a CEF desempenhava o papel: distribuíam cadernetas de poupanças para habituar a população pobre a economizar e podendo ter a chance de adquirir algum dia a sua casa própria. Atualmente a Caixa Econômica Federal continua sendo a grande financiadora hipotecária, inclusive das classes ‘populares’. Em um período recente os governos brasileiros orientaram os bancos públicos a maximizar lucros e cada vez mais se assemelharam aos bancos privados. No governo Lula, os bancos públicos foram reorientados e passaram a ter mais uma missão: abrir as portas aos mais pobres, oferecendo-lhes a guarda de valores e financiamentos, contra garantias morais nos casos em que inexistem bens que possam servir como garantia material.

No governo Lula é o primeiro governo brasileiro que adota desde o seu princípio a inclusão financeira com um objetivo estratégico prioritário. Porém no governo de

Fernando Henrique Cardoso, a partir da criação do Conselho da Comunidade Solidária em 1995, foram tomadas iniciativas no sentido de regulamentar legalmente o microcrédito no Brasil e ampliar os serviços prestados pelos correspondentes bancários, o que permitiu estender desde 2002 certos serviços a todos os municípios do Brasil. No atual governo as medidas que se destacam e a criação dos depósitos simplificados de baixo valor, que atenderam uma grande demanda reprimida: atualmente chega a dez milhões o total de contas simplificadas. Na instituição de microcrédito - Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil – foi a primeira que conseguiu massificar sua clientela, atendendo a centenas de milhares de pequenos negócios no Nordeste, recentemente expandiu suas atividades para a região do Sudeste onde começou atuar.

Apesar destas medidas para a inclusão financeira dos pobres, ainda há muita gente no Brasil que não tem acesso aos serviços normalmente prestados pelo sistema financeiro oficial, compostos pelos bancos públicos e pelos bancos capitalistas. Estes excluídos são pessoas humildes não só do sistema financeiro, mas de todas as instituições públicas.

10.1 As Finanças Sociais Solidárias

Segundo Soares e Melo Sobrinho (2009), apesar dos avanços recentes, a exclusão financeira ainda é a condição da maioria dos 70 milhões de brasileiros que dependem das microfinanças.

Diversas instituições que foram se formando ao longo dos anos, entre elas se distinguem as que visam a maximização de lucros e as que não visam ganhos pecuniários para si, mas apenas a prestação de serviços financeiros.

Entre as primeiras, as que têm taxas excessivas de juros são traços comum de operadores: agiotas, empresas comerciais voltadas aos mais pobres, que oferecem longos prazos de pagamento com juros enormes aos fregueses, outras que oferecem sorteios de prêmio na forma de mercadorias em troca de pequenos pagamentos mensais, inclusive o jogo do bicho, que é usado por apostadores como meio de juntar, poupar de acordo com o raciocínio de que quem aposta sistematicamente acaba sempre por acertar de vez em quando, recuperando de uma vez um valor próximo do que “ investiu ” anteriormente em apostas perdidas. Para integrantes das camadas de baixa renda o objetivo de poupar é muitas vezes juntar uma quantia maior para iniciar alguma atividade rentável.

As finanças sócias ou solidárias, elas se dividem em dois grupos: Entidades De Microcrédito (EMCs), e Oscips, que oferecem a microempresários empréstimos de pequena valor contra garantias morais ou de chamado “aval solidário”, dado por pequeno grupo se microempresários, todos clientes da mesma EMC, que tenham entre si laços de confiança e ajuda mútua. Pela legislação vigente as EMCs não estão autorizadas a receber depósitos dos cliente, pois os fundos que emprestam tem de ser captados de fontes estatais ou da ajuda internacional.

Outro grupo são formados por associações de poupança de crédito, a mais antiga e complexa destas instituições são as cooperativas de crédito, formados originalmente na Alemanha em meados dos séculos XIX, por artesão urbanos ou por camponeses. O capital da cooperativa de crédito é formado por quotas dos sócios, cujos os depósitos compõem o fundo que a cooperativa empresta exclusivamente a sócio. São os chamados fundos rotativos: os sócios que tem excedentes monetários os depositam na cooperativa, os quem tem *déficits* monetário os financiam mediante empréstimo obtidos da cooperativa.

Fundos Rotativos Solidários ou Comunitários estes são informais constituídos por comunidades em geral muito pobres, nas quais exercem funções essenciais, são fomentados pela Igreja Católica, que frequentemente deposita neles recursos próprios ou obtidos da ajuda internacional. Nos últimos anos, os Fundos também têm recebido depósitos do governo federal através de uma parceria entre BNB, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

11. MPE OPTANTES PELO SIMPLES

- São Paulo – 1.879.061
- Minas Gerais – 743.020
- Rio Janeiro – 576.427
- Rio Grande do Sul – 522.830
- Paraná – 456.237
- Bahia – 419.625
- Santa Catarina – 288.369
- Goiás – 224.498
- Ceará – 224.304
- Espírito Santo – 143.691
- Pará – 133.851
- Pernambuco – 188.719
- Roraima – 13.054
- Acre – 16.924
- Amapá – 18.844
- Sergipe – 37.435
- Tocantins- 43.304
- Piauí – 57.858
- Alagoas – 69.320
- Rio Grande do Norte – 82.299
- Maranhão – 105.674
- Distrito Federal – 123.568
- Rondônia – 51.288
- Amazonas – 61.702
- Paraíba – 74.835
- Mato Grosso do Sul – 85.234
- Mato Grosso – 111.425

Fonte: MPEData.com.br – Referência:15/18/2012

12. VALORES EXPORTADOS PELA MPE (VALORES EM US\$)

- São Paulo – 701.260.000
- Minas Gerais – 147.160.000
- Rio Janeiro – 58.580.000
- Rio Grande do Sul – 262.560.000
- Paraná – 165.090.000
- Bahia – 34.160.000
- Santa Catarina – 153.270.000
- Goiás – 16.550.000
- Ceará – 19.240.000
- Espírito Santo – 89.860.000
- Pará – 61.830.000
- Pernambuco – 19.190.000
- Roraima – 6.130.000
- Acre – 610.000
- Amapá – 1.390.000
- Sergipe – 1.120.000
- Tocantins- 1.150.000
- Piauí – 8.790.000
- Alagoas – 1.270.000
- Rio Grande do Norte – 10.680.000
- Maranhão – 2.800.000
- Distrito Federal – 640.000
- Rondônia – 23.350.000
- Amazonas – 9.980.000
- Paraíba – 7.520.000
- Mato Grosso do Sul – 12.090.000
- Mato Grosso – 27.320.000

Fonte: MPEData.com.br – Referência:2009

13. EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA

- São Paulo – 4.405.106
- Minas Gerais – 1.655.380
- Rio Janeiro – 1.277.105
- Rio Grande do Sul – 1.105.565
- Paraná – 1.111.786
- Bahia – 622.597
- Santa Catarina – 881.708
- Goiás – 443.032
- Ceará – 378.821
- Espírito Santo – 332.738
- Pará – 236.198
- Pernambuco – 439.608
- Roraima – 18.828
- Acre – 29.055
- Amapá – 24.818
- Sergipe – 98.890
- Tocantins- 63.390
- Piauí – 99.438
- Alagoas – 109.373
- Rio Grande do Norte – 176.834
- Maranhão – 150.639
- Distrito Federal – 257.393
- Rondônia – 107.189
- Amazonas – 115.229
- Paraíba – 147.437
- Mato Grosso do Sul – 173.733
- Mato Grosso – 248.741

Fonte: MPEData.com.br – Referência: 2010

14. INSTRUÇÕES PARA MONTAR SUA MICRO OU PEQUENA EMPRESA

Quem pretende abrir o próprio negócio costuma ter calafrios só de pensar no trabalho que terá para cumprir todas as determinações legais. São dezenas de siglas, impostos e taxas que assustam o empresário de primeira viagem. Registrar a empresa em todos os órgãos necessários, não é nenhum "bicho de sete cabeças", e está ao alcance de qualquer um, desde que se tenha tempo disponível para cumprir todo o ritual burocrático.

Como Registrar sua Empresa

1. Definição da forma jurídica
2. Consulta sobre o nome da empresa
3. Consulta de viabilidade
4. Registro da empresa
5. Solicitação de licença sanitária
6. Obtenção do Alvará de Localização e Funcionamento
7. Inscrição no Cadastro Fiscal
8. Inscrição no Sindicato Patronal

14.1 Definição da Forma Jurídica.

- **Firmas Individuais:** É chamada assim porque não é sociedade, é uma empresa de uma só pessoa. O empresário (pessoa física) e a empresa (pessoa jurídica) têm uma identificação bastante forte.
- **Sociedade Civil:** É constituída por duas ou mais pessoas, tendo por objetivos apenas prestar serviços é regulada pelo código civil. Não podendo praticar atos de comércio e não está sujeito á falência.
- **Consulta sobre o Nome da Empresa**

Antes de registrar a empresa, é necessário verificar se já existe outro negócio com o nome comercial escolhido, caso haja é necessário escolher outro nome. Nos casos de firmas individuais e de sociedade comercial, a consulta é feita á junta Comercial.

- **Consulta de Viabilidade**

Esta etapa visa verificar se a localização pretendida para a nova empresa é compatível com as normas da região sobre zoneamento. A consulta devera ser feita á prefeitura municipal.

15. REGISTRO DA EMPRESA

Inscrição Comercial: nos casos de firma individual e de sociedade comercial, este registro será feito na junta comercial. em se tratando de sociedade civil, será feito no cartório de registro de pessoas jurídicas. para uma sociedade é necessário elaborar o contrato social. Obtenção do Inscrição No Cadastro Geral dos Contribuintes (CGC) - Receita Federal
Requerimento de Inscrição Estadual: Esta etapa é obrigatória para as empresas comerciais e indústrias, não sendo exigidas para as empresas prestadora de serviços. Consiste na inscrição da empresa na Agência Fazendária do Estado, para fins do Imposto Sobre Circulação De Mercadorias E Prestação De Serviços (ICMS) - Secretaria da Fazenda.

- **Solicitação de Licença Sanitária**

A licença sanitária é obrigatória para a maioria das atividades empresariais, devendo ser solicitada à Secretaria Estadual de Saúde - Vigilância Sanitária.

- **Obtenção do Alvará de Localização de Funcionamento**

Depois de registrada a empresa, você deverá requerer à prefeitura municipal o Alvará de Localização e Funcionamento. No caso de empresas prestadoras de serviços, juntamente com o alvará será expedida a inscrição para fins do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

- **Inscrição no Cadastro Fiscal**

É através desta etapa que o contribuinte é inscrito no fisco municipal. Esta operação deve ser feita na Secretaria de Finanças.

- **Inscrição no Sindicato Patronal**

Inscrição da empresa no sindicato patronal da categoria em que se enquadra o ramo da atividade explorada. A partir daí, também é feito o recolhimento do Imposto Sindical.

16. O NOVO ESTATUTO DAS PEQUENAS E MICROEMPRESAS PROJETO DE LEI 31/96

- Trata do regime tributário das micro e pequenas empresas.
- Mantém as isenções para microempresas, como Imposto de Renda e Imposto sobre operações financeiras.
- Estabelece isenção para o pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro.

PROJETO DE LEI 32/96

- Regulamenta os artigos 170 e 179 da Constituição.
- Institui o tratamento jurídico diferenciado para microempresas e de pequeno porte.
- Estabelece os novos parâmetros para classificação de micro e pequenas empresas.
- Passam a ser consideradas microempresas as que registrarem receita bruta anual de até R\$ 204 mil.

Propostas de Emenda À Constituição

- Direito a tratamento diferenciado na área trabalhista.
- Exclusão dos trabalhadores das MPEs do pagamento do piso salarial.
- O acordo coletivo não vale para as MPEs
- Equiparação à categoria de trabalhadores domésticos dos empregados das micro empresas, assegurando recolhimento do Fundo de Garantia.

Empresas Excluídas dos Benefícios Da Lei

Apenas são excluídas dos benefícios do estatuto das sociedades anônimas e aquelas empresas cujo titular ou sócios participem com mais de 5% do capital de outra empresa. Atualmente, além destas, não podem constituir microempresas os profissionais liberais, o domiciliado no exterior, o importador, o corretor imobiliário, de câmbio, de seguro e o armazenador de produtos de terceiros, entre outros.

Registro Público Estadual

Hoje para registrar uma empresa, necessita-se do preenchimento de diversos documentos. Como novo estatuto, basta o preenchimento de documento único, o qual é apresentado como Anexo do Estatuto.

Apoio Creditício

Prevê a utilização de mecanismos de política monetária, para incentivar o crédito para as Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Pote (EPP), através das instituições bancárias públicas e privadas. Mantêm-se os mecanismos de crédito já existentes, inclusive o Fundo de Aval do SEBRAE.

Fiscalização pelo Poder Público

A fiscalização do Poder Público, nos termos do novo Estatuto, terá, em princípio, caráter orientador.

Atualmente, a ME tem isenção do imposto de renda quando a sua receita bruta anual for inferior a cerca de R\$ 80 mil. Propõe-se um limite de isenção total, sempre que a receita bruta for inferior a R\$ 204 mil.

O novo estatuto sugere que as pequenas empresas possam optar pelo regime de tributação com base no lucro real - deduzir em dobro as despesas com pesquisa e desenvolvimento e contar pela metade o prazo de vida útil de máquinas e equipamentos, para fins de depreciação.

Contribuição Social sobre o Lucro

Quanto à Contribuição sobre o Lucro, as EPP e ME estão submetidas ao mesmo regime das grandes empresas. A proposta é de isenção nos mesmos moldes sugeridos para o imposto de renda.

Imposto para Importação e IPI

O novo estatuto propõe a redução de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), até zero, para produtos típicos de pequenas empresas. Também se propõe que o Imposto de Importação incidente sobre máquinas e equipamentos ou bens destinados à pesquisa e desenvolvimento das ME e EPP seja reduzido ou eliminado.

COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social e PIS - Programa de Integração Social

A ME, atualmente, só não paga o PIS quando a sua receita bruta anual é inferior a R\$ 80 mil, mas paga incondicionalmente o COFINS. A proposta isenta a ME de

ambos. Já a EPP, só pagará essas contribuições na parte que exceder o limite de isenção de R\$ 204 mil da ME.

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras e Taxas Fiscais

Com o aumento do limite da receita bruta das Microempresas, a isenção para IOF e taxas de fiscalização se ampliou para 204 mil.

17. CINCO ÁREAS PROMISSORAS PARA ABRIR UM NEGÓCIO EM 2012 E 2013

Negócios promissores

A crise que se abateu sobre as economias internacionais, o aumento nas taxas básicas de juros e as pressões inflacionárias devem puxar o crescimento da economia brasileira para baixo neste ano. A confiança das pequenas e médias empresas começa 2012, segundo o Índice de Confiança de Pequenos e Médios Negócios (IC-PMN). Segundo Gonçalves, consultor do SEBRAE/SP acredita que o cenário é animador para os negócios. “Com esse pano de fundo, a visão que temos sobre as micro e pequenas empresas é de crescimento”.

Segundo, Kalaf (2012) destaca as oportunidades que a crise lá fora podem trazer para o país. “Estamos usando melhor os consumidores internos para manter os serviços. Vamos sentir falta de crédito, mas isso será equilibrado por uma ação forte do governo que já está diminuindo os juros e o custo do crédito. O pouco dinheiro que houver no mundo certamente virá para o Brasil, porque aqui dará retorno”.

Serviços

O setor de serviços foi o que mais cresceu em São Paulo neste ano. Segundo SEBRAE/SP, esta evolução deve ser mantida. “Só em São Paulo, na comparação de janeiro a setembro deste ano com o mesmo período de 2010, o setor de serviços puxou o crescimento com uma alta real de 8,3%”. Uma das áreas que prometem é a de serviços de beleza, que deve ser ainda mais impulsionada pelo aumento na renda da população.

Comércio

Segundo Balian (2012) o bom desempenho em 2011 – o aumento real da receita no comércio foi de 3,9%, entre janeiro e setembro –, o varejo deve manter o ritmo no ano que vem. “Há mais pagamentos à vista. Uma pequena parte depende de vendas financiadas e que, portanto, não são tão impactadas com a situação do cenário externo”, diz professor de economia da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Segundo Balian, aposta na alimentação como a área mais próspera de 2012. “É o setor que tende a sofrer menos com a crise. Além disso, todo o pessoal que foi para as classes B e C está se alimentando melhor”.

Terceirização ligada à construção civil

Segundo Gonçalves (2012), vai lucrar quem quiser investir em pequenas empresas de instalações elétricas ou hidráulicas, por exemplo, que prestem serviços às empresas de grande

porte de construção civil. “É provável que ganhos surgidos da Copa para as micro e pequenas empresas estejam ligados a infraestrutura. Quem quiser lucrar com o evento tem que começar a pensar as estratégias já”.

Tecnologia

Segundo Kalaf (2012) a oferta de serviços pela internet, acessíveis por smartphones, é uma tendência e estará em alta no ano que vem. “As tecnologias estão modificando a forma de fazer negócio, mudando do produto para o serviço”.

Segundo Balian (2012) cita, ainda, os incentivos do governo federal à criação de empresas para desenvolverem tablets nacionais, o que também aquece ainda mais o mercado de aplicativos para estes aparelhos.

Educação

Segundo Balian (2012) a Copa do Mundo e as Olimpíadas surge a necessidades de qualificar atendentes de hotéis, taxistas e demais prestadores de serviço. Dessa forma, a tendência de aquecimento no ensino de idiomas, já confirmada em 2011, se repete no próximo ano. “Grandes redes de franquia estão se preparando para uma verdadeira cruzada no treinamento, especialmente em línguas, para rede de hotéis e tudo o que envolve turismo”. Ele acredita também no treinamento de pessoas para atuar no turismo, não apenas com ensino de línguas, mas de profissionais de outras áreas, como garçom, arrumadeira, atendente de hotel, de pontos turísticos e aeroportos. “Não é só falar inglês. Temos que treinar as pessoas do atendimento”.

18. SOBREVIVÊNCIA E MORTALIDADE

De cada 100 micro e pequenas empresas abertas no Brasil, 73 permanecem em atividade após os primeiros dois anos de existência. Segundo o estudo “Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil”, feito pelo SEBRAE, estes são os anos mais críticos para uma empresa. A taxa de sobrevivência de 73,1% das micro e pequenas empresas se refere àquelas que nasceram em 2006 e estão há pelo menos dois anos completos em atividade, já que as que abriram as portas em 2005 tinham 71,9% de sobrevivência.

A pesquisa aponta que as indústrias são as que mais obtêm sucesso. De cada 100 empresas abertas, 75,1% permanecem ativas nos dois anos seguintes. Em seguida, aparecem comércio (74,1%), serviços (71,7%) e construção civil (66,2%). As empresas da região Sudeste apresentam os melhores índices (76,4%). Na sequência, vêm as regiões Sul (71,7%), Nordeste (69,1%), Centro-Oeste (68,3%) e Norte (66,0%).

Comparando o desempenho nacional com o de outros países, o índice de sobrevivência das micro e pequenas empresas brasileiras é superior ao de nações como Espanha (69%), Itália (68%) e Holanda (50%), conforme dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segundo Barreto (2011), o aquecimento da economia brasileira, a maior sobrevivência das empresas brasileiras deve-se principalmente ao avanço da legislação, o aumento na escolaridade dos empreendedores e o forte crescimento do mercado consumidor interno, durante o lançamento da pesquisa sobre a sobrevivência das MPEs brasileiras, em outubro de 2011.

19. MORTALIDADE DAS EMPRESAS

Em 2010, 58% das empresas de pequeno porte fecharam as portas antes de completar cinco anos. Em relação a 2009, este índice era de 62%. Entre os principais motivos descritos pelos empreendedores estão a falta de clientes (29%), capital (21%), concorrência (5%), burocracia e os impostos (7%). Segundo o SEBRAE (2010), outros fatores influenciam no processo de mortalidade das MPEs como a falta de planejamento, de técnicas de marketing, de avaliação de custos e fluxo de caixa, entre outros.

Segundo dados do Departamento Nacional de Registro Comercial (DNRC), ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, e Comércio Exterior (MDIC), são constituídas no Brasil em torno de 440 mil novas empresas por ano. Dessas, cerca de 80 mil empresas fecham. Para evitar este número, o SEBRAE recomenda 10 dicas para a sobrevivência das empresas. Veja abaixo:

- 1) Planeje-se sempre;
- 2) Respeite sua capacidade financeira;
- 3) Não misture as finanças da empresa com finanças pessoais;
- 4) Fique de olho na concorrência;
- 5) Prospecte novos fornecedores;
- 6) Tenha controle do seu estoque;
- 7) Marketing não se resume a anúncio, invista em outras estratégias;
- 8) Inove mesmo que seja um produto/serviço de sucesso;
- 9) Invista sempre na formação empresarial;
- 10) Seja fiel aos seus valores e do seu negócio.

Gráfico 10 – Taxa de Sobrevivência



Fonte: SEBRAE (2001)

20. CEAT - QUEM SOMOS

O Centro de Atendimento ao Trabalhador (CEAT), departamento da Prefeitura Municipal de Américo Brasileiro, atua em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal no desenvolvimento de todos os serviços disponibilizados.

Possui uma equipe movida pelo desafio de promover o atendimento de qualidade, garantir a credibilidade dos serviços e servir de referência para o trabalhador e empreendedor de Américo Brasileiro e região.

Nosso principal serviço é a intermediação de mão-de-obra, pois o trabalho é o que supre as necessidades vitais e dignifica o ser humano.

Por entender que o trabalho só é possível na sociedade em que vivemos a partir do desenvolvimento econômico, as ações do CEAT são permeadas pela integração com outros meios, que possam originar uma cadeia de processos de geração de renda.

Estratégia

Crescimento integrado, responsabilidade social e desenvolvimento socioeconômico são à base da construção da missão do CEAT, visão e valores.

Missão

Consolidar o sistema público de emprego no município — por meio da aproximação do trabalhador — assim como o empreendedor das novas oportunidades do mercado, fomentando a geração de trabalho e renda.

Visão

Se tornar o Centro Especializado de Atendimento ao Trabalhador e Empreendedor no município, capaz de oferecer ao trabalhador e ao empreendedor, a certeza de obter as respostas e o auxílio as suas necessidades e expectativas.

Valores

Dedicação para auxiliar o trabalhador e o empreendedor com foco nos resultados, alto padrão de qualidade, garantia de confidencialidade, respeito às pessoas, ao ambiente de trabalho, com cordialidade e respeito à diversidade, objetivando promover mais e melhores oportunidades aos cidadãos.

20.1 Programas do CEAT

Portal MTE – Mais Emprego

O CEAT executa os processos de Intermediação de Mão de Obra e o Programa Seguro Desemprego por meio do Portal MTE – Mais Emprego - Sistema informatizado que atende à completude da integração das políticas de trabalho, emprego e renda e evolui ao agregar ao pagamento do benefício, as políticas de Intermediação de Mão de Obra e de qualificação profissional, fruto de um importante passo na integração das ações de emprego, após projeto piloto, executado no estado da Paraíba, pelo Governo Federal. A partir de então, foi iniciada a fase de expansão do Portal MTE – Mais Emprego para as demais unidades da Federação do País, sendo que hoje estamos operando o Seguro Desemprego aliadas às políticas de Intermediação de Mão de Obra e de Qualificação Profissional através de um Sistema Único integrado e Nacional.

PADEF – Programa de Apoio aos Portadores de Deficiências Físicas

Consiste no atendimento e apoio ao portador de deficiência, cadastrando – os e inserindo-os nos programas de Intermediação de Mão de Obra e Qualificação Profissional.

SUTACO – Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades

Essa parceria resulta no atendimento ao artesão. O Agente de Cooperação realiza a triagem das técnicas desenvolvidas pelo artesão e cadastro-o na SUTACO para que o mesmo possa obter a sua identidade de artesão, além de outros benefícios advindos desse reconhecimento. Objetiva ainda, promover, desenvolver, divulgar e comercializar o artesanato produzido no Estado de São Paulo, valorizando o artesão.

Emissão de CTPS – Carteira de Trabalho E Previdência Social

É emitida na hora, a Carteira de trabalho, sendo ela 1º, 2º via ou continuação, de acordo com a necessidade do trabalhador.

Seguro-Desemprego

Através do Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego do Ministério do Trabalho (SIGAE) é realizada a recepção do requerimento do benefício ao trabalhador. Observa-se, que após a triagem e inclusão no sistema, o trabalhador recebe o comprovante impresso com todas as informações necessárias ao recebimento do benefício, pois esse sistema possibilita a inclusão instantânea do requerimento.

Ressaltando, que o Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social, garantido pelo art. 7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal, e tem

por finalidade promover a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude da dispensa sem justa causa.

BPP - Banco do Povo Paulista

Como forma de viabilizar as iniciativas de ocupação e geração de renda, a unidade oferece financiamentos para empreendedores de micros e pequenos negócios, para capital de giro e para investimentos fixos.

O BPP é gerenciado pela SERT em parceria com as prefeituras municipais, sendo que 90% dos recursos utilizados são do Governo do Estado e 10% das prefeituras parceiras, tendo como agente financeiro o Banco Nossa Caixa.

É o maior programa estadual de microcrédito do País, com taxa atual de inadimplência de apenas 1,2%. Nos últimos 11 anos foram emprestados mais de R\$ 580 milhões, contemplando mais de 190 mil microempreendedores.

Os empréstimos variam de R\$ 200 a R\$ 5 mil para pessoas físicas e R\$ 200 a R\$ 7,5 mil para pessoas jurídicas, incluindo os microempreendedores Individuais

PEQ – Programa Estadual de Qualificação e Requalificação Profissional

Tem por objetivo oferecer cursos gratuitos de qualificação profissional em todo o Estado, com o objetivo de preparar o trabalhador para as novas exigências do mercado de trabalho e exercício da cidadania.

Através do cadastro no Programa Municipal de Qualificação no CEAT, os trabalhadores desempregados ou em vias de perder o emprego, pequenos e microprodutores e autônomos, são selecionados para participarem dos cursos promovidos pelo PEQ do Governo do Estado, atendendo a solicitação do município.

Comissão Municipal de Emprego

No CEAT está localizada também, a sede da Comissão Municipal de Emprego, que é formada por representantes das Bancadas do Governo Estadual e Municipal, Empregadores e Trabalhadores.

Trata-se de um fórum onde se reúnem os agentes representativos da sociedade em busca de soluções de empregabilidade, qualificação profissional e geração de emprego e renda.

Tem o objetivo de oferecer cursos gratuitos por meio de parcerias com o SEBRAE, Empresas, Sindicatos e Governos Federal, Estadual e Municipal.

Time do Emprego

O “Time do Emprego”, programa desenvolvido em parceria com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, que visa orientar e apoiar o trabalhador desempregado, na busca de colocação e recolocação no mercado de trabalho.

Nos encontros, as facilitadoras desenvolvem técnicas de procura de emprego e participação de entrevistas, por meio de exercícios e experiências práticas junto com os participantes. O trabalhador tem a possibilidade de conhecer a si mesmo; reconhecer suas habilidades; preparar seu currículo; apresentar-se numa entrevista; participar de dinâmicas; preencher formulários; estabelecer metas de trabalho e de vida; fazer planejamento financeiro e conhecer o mercado de trabalho.

Sala do Empreendedor

MEI - Micro Empreendedor Individual

O Empreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um empreendedor individual, é necessário faturar, no máximo, até R\$ 60.000,00 por ano, não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal, possa se tornar um Empreendedor Individual legalizado.

Entre as vantagens oferecidas por essa lei, está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilitará a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Além disso, o Empreendedor Individual será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos impostos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL).

Pagamento no valor fixo mensal de R\$ 28,25 (comércio ou indústria) ou R\$ 32,40 (prestação de serviços), que é destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS). Essas quantias são atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo.

Com essas contribuições, o Empreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa feita sobre as micro e pequenas empresas, mostra como elas representam uma importância grande para nossa economia. Concluímos que um dos principais problemas enfrentados pelas empresas é a falta do planejamento no decorrer da execução de suas atividades. Pois para abrir uma empresa, você precisa conhecer o mercado que irá atuar e se identificar com ele, precisa - se também elaborar um plano de negócio, para iniciar bem e ter sucesso em seu empreendimento. Portanto constatamos por meio de pesquisa que 35% das empresas fracassam no primeiro ano de operação e 71% não conseguem chegar a cinco anos de vida, pois, são poucas as empresas que planejam um caminho a percorrer e até mesmo um investimento financeiro mal planejado, então para abrir uma empresa é preciso ter espírito empreendedor e gostar muito do negócio de que irá abrir, obter todas as informações necessárias sobre o ramo que irá atuar, seu público alvo sua localização entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

http://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf
07/06/2012.

<http://www.onegocioeacreditar.com.br/empreendados.html?origem=cpc&gclid=CO6B8oPHo rMCFYZM4Aod9S4AxA>

<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/5-areas-promissoras-para-abrir-um-negocio-em-2012#1> 02/01/2012

<http://www.brasil.gov.br/empreendedor/empreendedorismo-hoje/sobrevivencia-e-mortalidade>

<http://ceatdeamerico.blogspot.com.br/p/programas-do-ceat.html>

[http // www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

<http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/informatro/2.pdf>

<http://www.bcb.gov.br/htms/sobre/concursomonografia/gor>. acesso em 07/06/2012

<http://www.sebrae.com.br/uf/paraiba/setorespecias/simplesnacional>

http://www.fae.edu/publicações/pdf/revista_da_fae